



Plenário examina PECs da Música e do Voto Aberto

Discussão das propostas avança nesta semana, após conclusão do esforço concentrado que aprovou a minirreforma eleitoral. Isenção de impostos para CD e DVD deve ser votada em segundo turno amanhã

Waldemir Barreto/Agência Senado



Artistas da música popular brasileira têm comparecido a sessões do Senado para estimular a aprovação da PEC da Música

Ainda polêmica devido aos temores de pressão do Poder Executivo em decisões sobre vetos presidenciais e indicação de autoridades, a proposta de emenda à Constituição que determina voto aberto em todas as decisões do Congresso terá nova sessão de discussão nesta semana. Amanhã deve acontecer o segundo turno de votação à isenção de impostos para CDs e DVDs de autores brasileiros. O objetivo é baixar os preços em 30% e desestimular falsificação. **3**



Waldemir Barreto/Agência Senado

Renan cobra da Câmara a votação de projetos já aprovados pelo Senado

Renan vê risco de “apagão legislativo” 2

Constituição acolheu participação popular

O **Jornal do Senado** traz hoje mais um especial sobre os 25 anos da Constituição e mostra como ela consagrou a participação como um direito fundamental do brasileiro. O Brasil é um dos poucos países

em que o cidadão pode apresentar projetos de lei por conta própria, a exemplo do que aconteceu em 2009, quando 1,3 milhão de brasileiros enviaram ao Congresso projeto que resultou na Lei da Ficha Limpa. **4**

Luiz Alves/CD



Escolares participam da solenidade de entrega do projeto popular da Lei da Ficha Limpa, em setembro de 2009



Marcos Oliveira/Agência Senado

Requião (E), Simon e Ana Amélia conversam durante sessão plenária do Senado

CPI analisará furto de computadores da Petrobras

Fato aconteceu em 2008. Senador Requião considerou o furto estranho e

inexplicável. Presidente da Petrobrás afirmou que o caso já foi resolvido **6**

Financiamento da educação ganha comissão especial no Senado 5

Audiência interativa debate investimentos em telecomunicações no país 7

Ser cidadão é exercer seus direitos

Renan Calheiros aponta risco de apagão legislativo

Duas das propostas aprovadas no esforço concentrado na semana passada seguiram para a Câmara, onde já há cerca de 30 outras aprovadas pelo Senado à espera de definição dos deputados

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, está preocupado com a possibilidade de um “apagão legislativo” se a Câmara dos Deputados não votar matérias já aprovadas pelos senadores. Ao ressaltar mais uma vez o resultado do esforço concentrado realizado semana passada, em declaração na sexta-feira, ele observou que pelo menos duas das oito propostas votadas durante o período seguem para a análise da Câmara dos Deputados.

Renan referiu-se à minirreforma eleitoral, que pretende baratear os custos das campanhas, e à regulamentação do direito de resposta em órgãos de imprensa, mas os senadores também reclamam da falta de definição da Câmara a respeito de outras matérias.

Morosidade

Renan levou ao presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, as reclamações dos senadores sobre a morosidade dos deputados na votação dos projetos já aprovados pela Casa. Segundo Renan, cerca de 30 propostas de senadores aprovadas nas comissões e no Plenário do Senado aguardam decisão dos deputados.



Plenário do Senado durante sessão do esforço concentrado de votações

Na quarta-feira, o presidente do Senado já tinha afirmado que a atitude da Câmara enfraquece o bicameralismo. Ele avalia que, se a Câmara não votar as matérias, o país poderá sofrer o que chamou de “apagão legislativo”, uma vez que as votações não são concluídas.

Romero Jucá (PMDB-RR) citou, entre os projetos já aprovados pelos senadores que aguardam decisão da Câmara, a regulamentação da emenda constitucional que ampliou os direitos dos trabalhadores domésticos.

— É muito importante que o direito do trabalhador e trabalhadora doméstica seja garantido na prática. E ele só será garantido na prática

depois de a lei ser aprovada — explicou Jucá.

O presidente da Câmara, por sua vez, negou morosidade por parte dos deputados. Henrique Eduardo Alves lembrou que a pauta está travada, desde agosto, pela urgência constitucional do projeto que trata do Marco Regulatório da Mineração. Também afirmou que está sendo feito um esforço com o governo para retirar essa urgência constitucional. Estão ainda entre as propostas já aprovadas pelo Senado e enviadas para a Câmara dos Deputados o texto que limita o prazo de votação das medidas provisórias e o que acaba com o voto secreto apenas nos casos de cassação de mandato parlamentar.

Figueiró anuncia projeto para agilizar a Justiça Eleitoral



Em pronunciamento na sexta-feira, Ruben Figueiró (PSDB-MS) informou que apresentará um projeto para estabelecer prazo máximo para a decisão da Justiça Eleitoral, nos três níveis (federal, estadual e municipal), a fim de impedir que pessoas passíveis de perda de mandato tomem posse.

O senador fez o anúncio ao afirmar que o projeto de minirreforma eleitoral aprovado pela Casa não vai resolver o que considera o principal problema da política no país: a corrupção.

A proposta de Figueiró já tinha sido apresentada na forma de emenda ao PLS 441/2012 (minirreforma eleitoral), mas foi rejeitada durante a tramitação da matéria na Casa. Pelo texto de seu projeto, conforme informou o parlamentar, a Justiça Eleitoral deverá julgar os processos relativos à impugnação de mandato eletivo, anulação de eleição e expedição de diploma em no máximo 60 dias, contados da data da distribuição.

De acordo com o parlamentar, o objetivo da proposição é simplificar o processo eleitoral e garantir a estabilidade política dos municípios, estados e da própria União. Figueiró argumentou que há inúmeros exemplos de pessoas eleitas com flagrantes atos de corrupção eleitoral que permanecem no mandato por força de recursos protelatórios no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ou pela simples demora no julgamento.

Souza: reforma política demanda conhecimento da sociedade



Sérgio Souza (PMDB-PR) comemorou, na quinta-feira, a aprovação, pelo Plenário do Senado, do substitutivo ao projeto de lei da chamada minirreforma eleitoral (PLS 441/2012), mas lamentou que os senadores não tenham avançado

no debate de alguns pontos da reforma política. De acordo com ele, o Congresso precisa não só discutir o tema, mas esclarecer para a população como funciona todo o processo político e eleitoral.

— Se o cidadão brasileiro não entender, como ele vai opinar num eventual plebiscito? Será que o cidadão brasileiro sabe o que é partido? Vejam como a coisa tem de voltar muito antes do momento do voto para se entender a importância do voto do cidadão — explicou.

Souza criticou o voto sem consciência de grande parte da população e disse ter esperança de que, nas eleições de 2014, o brasileiro faça uma retrospectiva da vida do candidato e não vote simplesmente porque é obrigatório.

O senador destacou que o plebiscito é necessário para discutir questões de grande relevância e acredita que a consulta popular dará à sociedade condições de conhecer melhor todo o processo político. Entretanto, Souza ressaltou que a presidente Dilma Rousseff foi precipitada ao sugerir esse processo de consulta, já que ainda há muitos pontos da reforma que precisam ser explicados ao cidadão brasileiro.

Tombini participa de audiência no Senado sobre política monetária

O presidente do Banco Central (BC), Alexandre Tombini, participa amanhã de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para discutir as diretrizes, a implementação e as perspectivas da política monetária brasileira.

A audiência atende dispositivos do Regimento Interno do Senado, que prevê reuniões regulares com o presidente do BC.

Na quarta-feira, Tombini afirmou na Comissão Mista de Orçamento (CMO) que o Brasil está preparado para enfrentar os riscos da transição da economia global. Entre os fatores positivos citados por ele, estão as reservas internacionais, a baixa participação



O presidente do Banco Central fala sobre diretrizes e perspectivas

estrangeira na dívida pública e o câmbio flexível.

Sobre a influência do câmbio na inflação, disse considerar que a desvalorização do real é uma fonte de pressão inflacionária no curto prazo, mas que a condução adequada da política monetária deve limitar essa influência.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO Discursos

14h Sem votação de propostas, a sessão não deliberativa é destinada a pronunciamentos.

TERÇA

CCT Telecomunicações

8h15 A qualidade dos serviços e os investimentos na área de telecomunicações serão debatidos em audiência interativa na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

CMA Transporte aéreo

8h30 Texto que protege direitos dos usuários de serviços de transporte aéreo está em análise na Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor.

CMMC Água pluvial

10h Aproveitamento de água pluvial é tema de debate em audiência na Comissão sobre Mudanças Climáticas. Antes da reunião, deliberação sobre requerimentos.

CAE Presidente do Banco Central

10h Votação de novos limites para multas a empresas que descumprirem obrigações tributárias acessórias. Às 11h30, a comissão ouve o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, sobre as diretrizes da política monetária.

CDH Cotistas

10h Audiência pública interativa na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa debate o desempenho de cotistas nas universidades.

CE Saúde masculina

11h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte pode aprovar projeto que cria a Semana Nacional da Saúde Masculina.

CPI DA ESPIONAGEM Requerimentos

11h Reunião do colegiado para apreciação de requerimentos.

CONGRESSO Rede Record

11h Sessão solene, no Plenário do Senado, para comemorar os 60 anos de fundação da Rede Record.

SUBCOMISSÃO DA VERDADE Famílias

14h30 Os familiares de mortos e desaparecidos políticos participam de audiência pública na subcomissão.

CMO Relatório final da LDO

14h30 A Comissão Mista de Orçamento poderá votar o relatório final da proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014.

QUARTA

CAS Motoristas de coletivo

9h Projeto na pauta da Comissão de Assuntos Sociais estabelece jornada de trabalho de 36 horas semanais para motoristas de transporte coletivo urbano.

CCJ Femicídio

10h Na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, exame do voto facultativo e de projeto que insere crime de “femicídio” no Código Penal.

QUINTA

LEI DE ARBITRAGEM Juristas

9h A comissão de juristas que elabora o anteprojeto da Lei de Arbitragem se reúne para apreciação de requerimentos.

SEXTA

LEI DE ARBITRAGEM Redação final

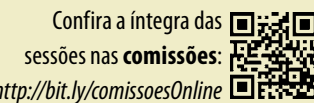
9h Reunião da comissão de juristas que elabora o anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação para exame da redação final do anteprojeto.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Senadores retomam a tarefa de conclusão das propostas após a semana de esforço concentrado, quando foi aprovada a minirreforma do sistema eleitoral brasileiro

Pauta inclui PECs da Música e do Voto Aberto

DEPOIS DE UMA semana de esforço concentrado, com a aprovação da minirreforma eleitoral (PLS 441/2012), o Senado deve continuar a discutir, nesta semana, a PEC do Voto Aberto (PEC 43/2013). A PEC teve a primeira sessão de discussão na quinta-feira e ainda é polêmica. Outra proposta na pauta é a PEC da Música (PEC 123/2011), que amanhã deve ser votada em segundo turno.

Em relação ao voto aberto, alguns senadores temem pressões do Executivo nas votações de vetos e de indicação de autoridades. As divergências fizeram o relator, Sérgio Souza (PMDB-PR), alterar mais de uma vez seu relatório na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Há discordância também sobre a forma de tramitação da PEC. Na quinta-feira, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Walter Pinheiro (PT-BA) defenderam a aprovação de calendário especial, agilizado, mas Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) quer



A proposta de voto aberto em todas as decisões do Senado gera divergência devido a temores de pressão do Executivo

uma discussão aprofundada. Sem o calendário especial, a PEC precisa passar por quatro sessões de discussão em primeiro turno e três em segundo turno. Em ambos os turnos, são necessários três quintos dos votos. Ainda há possibilidade de que os senadores aprovem a tramitação em conjunto com as PECs 20/2013 e 28/2013, o que pode alterar a tramitação.

A PEC da Música isenta de

impostos CDs e DVDs com obras musicais de autores brasileiros. O objetivo é baixar os preços em cerca de 30%, desestimulando a falsificação. Aprovada em primeiro turno no dia 11 de setembro, a PEC ainda precisa ser discutida e votada em segundo turno. Segundo o presidente do Senado, Renan Calheiros, essa votação acontecerá amanhã.

— A PEC da Música é a

maior conquista de músicos e compositores e será importante para a difusão de nossa cultura — disse Renan.

A proposta, que tem sido

defendida por artistas, não tem o apoio dos senadores do Amazonas, que apontam o risco de a desoneração fiscal da produção musical ameaçar a indústria fonográfica e de vídeo na Zona Franca de Manaus. Como a isenção se aplica a todas as regiões do país, eles argumentam que a proposta poderia diminuir a diferença de tratamento tributário que hoje favorece o polo.

Outros itens que estão na pauta e podem ser votados na próxima semana são o PLC 83/2011, sobre o exercício da atividade profissional de vaqueiro, e o PLS 15/2011, que institui o Programa Fronteira Agrícola Norte. No total, a pauta do Plenário tem 38 itens, em grande parte requerimentos.

VAI A SANÇÃO PROJETO QUE CRIA A PROFISSÃO DE ÁRBITRO

Renan enviou para sanção presidencial, na sexta-feira, o projeto de lei que cria a profissão de árbitro de futebol (PLS 294/2001). A proposta, de iniciativa do Senado como resultado da CPI do Futebol, havia sido modificada na Câmara dos Deputados, mas, no início de setembro, as Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição e Justiça (CCJ) rejeitaram o texto substitutivo.

Ana Amélia fala sobre a atualidade da Revolução Farroupilha

A insatisfação da sociedade com as situações atuais é muito parecida com a que desencadeou a Revolução Farroupilha, em 1835, no Rio Grande do Sul, disse Ana Amélia (PP-RS) em discurso no Plenário na sexta-feira. Ao registrar a festa que celebra a Revolução Farroupilha em 20 de setembro, a senadora disse que o conflito buscou mudanças que favorecessem o desenvolvimento, a liberdade, a independência e mais justiça social — valores, segundo ela, ainda perseguidos pela sociedade atual.

— Essa é, a meu ver, a grande lição da Guerra dos Farrapos não apenas para os gaúchos, mas para todos os brasileiros que viram nessas manifestações históricas o caminho para mudar em direção a uma vida melhor — disse.

A Guerra dos Farrapos, como também a revolução é conhecida, durou uma década e resultou da insatisfação dos gaúchos com a política autoritária e centralizadora do Império, explicou Ana Amélia.



José Cruz/Agência Senado

Senadora defende voto aberto amplo no Legislativo

Ana Amélia (PP-RS) defendeu o voto aberto amplo no Parlamento, em pronunciamento após o término da ordem do dia da quinta-feira, que incluiu a discussão em primeiro turno da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 43/2013. A proposta atinge Senado e Câmara dos Deputados e aplica-se também às assembleias legislativas dos estados, à Câmara Legislativa do Distrito Federal e às câmaras municipais.

A senadora reconheceu que já teve dúvidas sobre o voto aberto em caso de veto presidencial, mas esclareceu que hoje não tem mais.

— Precisamos mostrar a cara para o eleitorado e a forma como estamos votando — defendeu.

De acordo com Ana Amélia, com o voto secreto, pode ocorrer de um parlamentar fazer um discurso em um sentido e votar em outro. Também é possível haver traições e quebra de acordos. A senadora registrou que faltou apenas um voto entre os senadores para a derrubada do veto ao fim da multa adicional de 10% sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), paga pelos empregadores ao governo nas demissões sem justa causa.

Decisão do STF aumenta sensação de impunidade, diz Cristovam Buarque

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse na quinta-feira que o voto do ministro Celso de Mello, que obrigará a revisão de parte do julgamento do mensalão, iniciado em 2012, trará uma “grave perturbação na população brasileira e o aumento da indignação, que já vem caracterizando o Brasil nos últimos meses”. O senador disse ainda que a decisão do tribunal “vai aumentar a impunidade e a sensação de impunidade, que veio e vai ficar”.

Cristovam disse que a classe política está “em dívida” com a população por não ter feito “a revolução necessária para educarmos nossas crianças, pela ineficiência com que funciona a economia, sem a necessária competitividade e a criação de novos produtos graças à ciência e à tecnologia”.

— Temos a dívida do sistema político, temos a dívida da corrupção, da educação, da saúde e da infraestrutura. E o povo descobriu a dívida. E imediatamente o povo começa a ficar indignado — afirmou.



José Cruz/Agência Senado

Delcídio pede decisão urgente do governo sobre conflito de terras

Em pronunciamento no Plenário, Delcídio do Amaral (PT-MS) pediu ao governo federal que busque rapidamente uma saída para os conflitos de terras envolvendo índios e fazendeiros em Mato Grosso do Sul. Ele informou que mais um índio foi baleado na região. O terena Abrão Ferreira, de 50 anos, foi atingido por um tiro durante protesto por melhorias nos postos de saúde das aldeias.

O senador lembrou que, desde a morte do primeiro índio em consequência desses conflitos, ele vem alertando o governo para o problema.

— Será que nós não conseguimos achar uma saída? É uma região que cresce, as etnias locais e os produtores rurais merecem ter paz — disse.

O senador reclamou do “labirinto jurídico” e da falta de uma solução por parte dos órgãos competentes, que trazem insegurança para as famílias moradoras da região. Delcídio disse que a classe política está perdendo a credibilidade para mediar o conflito.



Moreira Matiz/Agência Senado

Ser cidadão é cumprir seus deveres

Mais de 200 mil usuários já baixaram o arquivo eletrônico da Constituição federal da página do Senado no Facebook

Constituição é campeã na página do Senado

O LINK PARA baixar a Constituição federal digital de graça, com mais de duzentas mil visualizações, até agora é o campeão de acessos na página institucional do Senado no Facebook. A popularidade da versão digital da Carta Magna ocorre em pleno ano de comemoração de 25 anos.

O livro está disponível no formato ePub, abreviação de electronic publication (publicação eletrônica), adotado para tornar o conteúdo da Constituição compatível com as diversas plataformas existentes. Com o novo formato, o leitor passa a ter à mão uma variedade de recursos, tais como a alteração do tipo e do tamanho da fonte, o ajuste da dimensão das páginas e a possibilidade de realizar pesquisas e buscas pelo conteúdo.

Além disso, permite que o cidadão faça marcações, anotações e destaque pontos que considere importantes, como se fosse uma folha de papel comum. Por se tratar de um padrão universal, a nova edição digital pode ser baixada

em tablets, smartphones, notebooks e desktops.

A página do Senado no Facebook, alimentada há apenas um mês com divulgações sobre leis, projetos, eventos e outros conteúdos que estimulam a participação popular, já ultrapassou 3.500 curtidas e tem crescido rapidamente.

A conta institucional do Senado no Twitter, @senadofederal, é outra iniciativa do gênero que vem crescendo rapidamente. Já possui cerca de 5 mil seguidores

— As redes sociais são uma ferramenta cada vez mais importante para divulgar leis e o trabalho legislativo, que afetam diretamente a vida dos cidadãos — explicou Davi Emerich, diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado.

Emerich citou como exemplos os vídeos disponíveis no canal SenadoBR do YouTube, produzidos nos estúdios da TV Senado, entre os quais os mais visualizados tratam da nova Lei de Adoção e do Estatuto da Igualdade Racial.



Prestes a completar 25 anos, a Constituição ganhou versão em livro digital

Subcomissão ouvirá familiares de mortos e desaparecidos políticos

A Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça do Senado realiza amanhã uma audiência pública com a finalidade de ouvir os familiares de mortos e desaparecidos políticos durante o período da ditadura militar no Brasil. A audiência atende pedido do presidente da subcomissão, João Capiberibe (PSB-AP).

Participam da audiência Iara Xavier e Marcelo Santa Cruz, parentes de mortos e desaparecidos políticos; o coordenador da Comissão Nacional da Verdade, José Carlos Dias; o presidente da Comissão Especial da Anistia do Ministério da Justiça, Paulo Abrão; e a presidente da Subcomissão da Memória,

Justiça e Verdade da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara, deputada Luiza Erundina (PSB-SP).

A subcomissão do Senado, vinculada à Comissão de Direitos Humanos (CDH), foi instalada em abril. O objetivo é realizar ações conjuntas com a Comissão Nacional da Verdade e a subcomissão congênere da Câmara dos Deputados para apoiar as investigações sobre violações aos direitos humanos ocorridas entre 1964 e 1985.

Na última audiência, em 26 de agosto, foram debatidos os abusos cometidos por agentes do Estado durante a ditadura militar, casos de tortura, assassinato e ocultação de cadáver.



25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO



Em 5 de outubro, a Constituição federal completa 25 anos. Pelos avanços que trouxe, foi chamada pelo presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, de Constituição Cidadã. O texto inovou ao priorizar os direitos sociais, civis e políticos dos brasileiros. Ao Congresso, coube a responsabilidade permanente de atualizá-la. Este mês o *Jornal do Senado* mostra as principais conquistas trazidas pela Constituição e como o Congresso tem atuado para ampliá-las.



PARTICIPAÇÃO POPULAR

A Constituição de 88 consagrou a participação na gestão pública como um direito fundamental do brasileiro. Logo na abertura, a Carta assegura que “todo o poder emana do povo”. E inova ao permitir que a soberania popular possa ser exercida não só por meio de representantes, mas também de forma direta. Assim, o brasileiro hoje pode, já a partir dos 16 anos, eleger aqueles que vão representá-lo na política. Não só isso. A Constituição federal é uma das poucas do mundo que garante ao cidadão o direito de apresentar projetos de lei por conta própria.

Em 2009, 1,3 milhão de brasileiros enviaram ao Congresso projeto para vetar a candidatura de políticos condenados por colegiado (na foto acima, a entrega da proposta na Câmara). A Lei da Ficha Limpa é um dos casos mais emblemáticos de iniciativa popular. Atualmente, o Congresso analisa outra proposta da sociedade: a que destina 10% da receita bruta da União para a saúde. O projeto já tem 900 mil assinaturas a mais que o da Ficha Limpa. Pela Constituição, uma proposta de iniciativa popular precisa receber assinaturas de, pelo menos, 1% dos eleitores do país, o que hoje chega a 1,4 milhão de pessoas. O Senado, porém, quer mudar isso. Foi aprovado recentemente projeto que reduz pela metade o número das assinaturas necessárias. E permite que elas sejam recolhidas pela internet.

A Constituição também chama a sociedade a participar da gestão dos serviços públicos, por exemplo, por meio de conselhos que debatem políticas nas áreas de saúde, educação e assistência social.

No Congresso, várias propostas pretendem ampliar o papel do cidadão na democracia. Uma delas quer ouvir as ideias da sociedade para o Orçamento da União. Outra permite que o cidadão solicite urgência na análise de projetos. E há também uma que confere aos eleitores a possibilidade de revogar o mandato de parlamentares.

Veja outros projetos em tramitação:

- **PEC 15/2013:** Permite que o cidadão solicite urgência na tramitação de proposições em andamento no Congresso
- **PEC 3/2011:** Reduz para 0,5% dos eleitores o número de assinaturas para

projetos de lei de iniciativa popular

- **PRS 19/2013:** Permite ao cidadão enviar ao Senado, via internet, propostas legislativas ou de fiscalização

- **PLS 171/2005:** Prevê audiências públicas para receber propostas de iniciativa popular ao Orçamento da União

- **PLP 321/2013:** Projeto de iniciativa popular que destina à saúde 10% da receita bruta da União

- **PLC 103/2012:** Plano Nacional de Educação, que incentiva a gestão democrática do ensino público na elaboração do projeto pedagógico da escola e em conselhos escolares

- **PEC 80/2003:** Cria o instituto da revogação do mandato parlamentar pelo eleitor, o chamado recall



EDUCAÇÃO

Ao estabelecer que a educação é “direito de todos e dever do Estado e da família”, a Constituição de 88 representou um marco na evolução educacional do Brasil — que, na época, tinha uma taxa de analfabetismo que chegava a 20%. O texto constitucional democratizou a educação, determinando a garantia, pelo poder público, do ensino fundamental, “obrigatório e gratuito”, além de atendimento em creche e pré-escola e “progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade do ensino médio”.

Assim, a Carta estabeleceu a base para a expressiva ampliação, nos anos seguintes, do acesso das crianças e adolescentes à escola. Também definiu encargos e competências para cada ente da Federação e um patamar de investimento público para a área, entre outros avanços.

Mas se a Constituição conseguiu ampliar o acesso, outra determinação da

Carta — a que estabelece a garantia de qualidade da educação pública — ainda precisa avançar. O Congresso vive um momento decisivo em relação a esse desafio. Tramita no Senado o Plano Nacional de Educação, que guiará as políticas públicas na área nos próximos anos. Um dos avanços considerados mais importantes é a destinação de 10% do PIB à educação. Na Câmara, está em análise a Lei de Responsabilidade Educacional, que penaliza governantes que não cumprirem o que diz a legislação relacionada ao ensino e os responsabiliza pelo desempenho escolar dos alunos. Neste mês, foi sancionada lei aprovada no Congresso que destina à educação pública 75% dos recursos provenientes dos royalties do petróleo.

Veja alguns projetos em análise:

- **PLC 103/2012:** Institui o Plano Nacional de Educação, que define metas e diretrizes para os próximos dez anos. Todos os níveis de ensino — educação básica, de jovens e adultos, ensino técnico e superior — estão contemplados no plano

- **PL 7.420/2006:** Cria a chamada Lei de Responsabilidade Educacional, estabelecendo a responsabilidade dos gestores públicos na educação básica e prevendo obrigações e sanções para autoridades que não cumprirem a lei.

- **PEC 32/2013:** Determina que a União passe a ser responsável (financeiramente, inclusive) pela educação básica pública, a chamada federalização da educação básica. Hoje, esse nível de ensino está a cargo de estados e municípios

- **PLS 284/2012:** Estabelece residência pedagógica para professores da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental

- **PEC 5/2013:** Institui o ensino fundamental em tempo integral, a ser implementado, de forma gradual, até 2022

- **PLS 254/2013:** Destina à educação e à saúde recursos dos royalties da mineração

- **PEC 80/2007:** Determina que o presidente da República deverá apresentar anualmente ao país, em janeiro, balanço dos resultados educacionais alcançados no ano anterior e as metas para o ano que começa

- **PLS 696/2011:** Torna obrigatória a participação, no Enem, de todos os alunos concluintes do ensino médio

- **PLS 525/2009:** Estipula condições mínimas nacionais para a construção de escolas da educação básica

CULTURA

A Constituição de 88 garantiu ao brasileiro o direito pleno de acesso à cultura. E conferiu ao Estado o dever de proteger todo tipo de manifestação da cultura legitimamente nacional, como a popular, a indígena e a afro-brasileira.

Pela Lei Maior, União, estados e municípios devem democratizar o acesso à cultura. Assim, o Congresso analisa projeto que regulamenta a meia-entrada a espetáculos artísticos e esportivos.

Veja alguns projetos em tramitação:

- **PLS 188/2007:** Dispõe sobre a meia-entrada, para estudantes e idosos, em espetáculos culturais e esportivos.

- **PLS 95/2008:** Cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento de Museus

- **PLS 404/2011:** Cria a Bolsa-Artista

- **PLS 411/ 2011:** Institui o Programa Nacional de Apoio a Cultura

Fotos: Antônio Cruz/Abre e Geraldo Magela/Agência Senado

Nova comissão vai fazer propostas sobre financiamento da educação

Colegiado terá até 16 de dezembro para debater soluções diante da perspectiva de aumento de recursos devido aos royalties do petróleo

UMA COMISSÃO ESPECIAL do Senado vai debater soluções para o financiamento da educação. Ângela Portela (PT-RR) foi designada presidente e Cristovam Buarque (PDT-DF), relator. Os senadores terão até 16 de dezembro para debater e

propor soluções à alocação de mais recursos para o sistema educacional.

O colegiado, instituído pelo Ato 36/2013, foi formado por iniciativa do presidente da Casa, Renan Calheiros, devido à perspectiva de mais recursos,

graças à decisão do Senado que destinou 75% dos royalties do petróleo para a educação e 25% para a saúde. O valor total dos recursos pode chegar a R\$ 112 bilhões a mais para financiar os dois setores nos próximos dez anos.

Outro ponto que levou Renan a instituir a comissão especial é a permanência do Brasil no 85º lugar no ranking mundial do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), além da colocação do país na penúltima posição na relação global de qualidade de educação da The Economist Intelligence Unit (EIU), empresa britânica do grupo The Economist que faz diversas avaliações de ações governamentais.

A comissão especial é composta por dez senadores, incluindo a presidente e o relator. Os outros integrantes são Acir Gurgacz (PDT-RO), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Ana Amélia (PP-RS), Ciro Nogueira (PP-PI), Cyro Miranda (PSDB-GO), Eduardo Amorim (PSC-SE), Paulo Paim (PT-RS) e Vital do Rêgo (PMDB-PB).



O sistema educacional brasileiro receberá 75% dos royalties do petróleo, segundo destinação de verba aprovada pelo Senado

Desempenho de cotistas terá debate interativo

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) debate amanhã, em audiência pública interativa, o desempenho dos cotistas nas universidades e nos concursos públicos. No Portal e-Cidadania, os interessados poderão assistir ao vivo e enviar perguntas e comentários.

A Lei 12.711/2012, que tornou obrigatória a reserva de vagas nas universidades

federais para estudantes negros, completou um ano de vigência. Em agosto, o Ministério da Educação informou que, das 141.953 vagas das federais, 46.137 (32%) foram preenchidas por cotistas.

A partir deste ano, todas as 59 universidades e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia devem reservar 12,5% (ou um oitavo) de suas vagas para alunos das

escolas públicas. Em quatro anos, serão 50%.

Dessas vagas reservadas para a escola pública, metade é destinada para estudantes com renda mensal familiar até um salário mínimo e meio. O preenchimento das vagas deve levar em conta ainda critérios de cor ou raça, seguindo dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As novas regras já

valeram para os processos seletivos das instituições federais neste ano.

PARTICIPE: AMANHÃ ÀS 10h

- ▶ Tempo real: bit.ly/CDHCotistas
- ▶ Portal e-Cidadania: www.senado.leg.br/ecidadania
- ▶ Facebook: [eCidadaniaSF](https://www.facebook.com/eCidadaniaSF)
- ▶ Twitter: [@e_cidadania](https://twitter.com/e_cidadania) #Cotas #Cotistas
- ▶ TV: www.senado.leg.br/TV
- ▶ Alô Senado: 0800 612211

Estudantes aprendem sobre orçamento no Senado

Alunos do 8º ano de uma escola particular de Brasília, o Colégio Marista, estiveram no Senado semana passada para aprender noções de orçamento público. Conheceram também as ações da Comissão de Direitos Humanos (CDH), os principais temas e os projetos aprovados. Até novembro, oito turmas de 30 alunos visitarão a CDH, totalizando 240 alunos.

As explicações aos estudantes foram dadas pela presidente da CDH, Ana Rita (PT-ES).

— É mais um canal entre tantos outros que o Senado já tem. A partir do momento que

essas crianças recebem mais informações, têm uma visão mais crítica sobre orçamento e passam a controlar mais, a observar mais e ter maior interesse sobre o assunto.

Para Amanda Tavares, estudante de 13 anos que participou da primeira turma, a atividade permite ampliar os conhecimentos e o diálogo entre jovens e representantes.



Senadora Ana Rita conversa com estudantes: iniciativa aberta a todas as escolas

— É bom a gente se expor desse jeito de vez em quando, para que eles possam entender o jeito que a gente pensa e a gente também entender como é que essas coisas funcionam. Porque não adianta a gente simplesmente falar sem entender o que o governo está fazendo de bom — disse Amanda.

As escolas que tiverem interesse em agendar encontros dos alunos com a CDH sobre orçamento devem entrar em contato pelo telefone (61) 3303-2005 ou pelo e-mail scomcdh@senado.gov.br.



Senador cita avanços do país, mas adverte que ainda há desafios

Paim lembra Dia Internacional da Democracia

Em pronunciamento sobre o Dia Internacional da Democracia, comemorado em 15 de setembro, Paulo Paim (PT-RS) citou avanços conquistados nos últimos anos no Brasil. Para o senador, embora ainda haja desafios, as manifestações que vêm ocorrendo em todo o país são uma prova da força da cultura democrática.

Paim citou como principais avanços o amplo direito ao voto, o aumento das prerrogativas de participação, a redução dos índices de desigualdade, a ampliação do acesso à educação e os projetos que garantem a segurança alimentar — caso do Bolsa-Família.

Eunício propõe 50% das emendas do Orçamento para a saúde

Eunício Oliveira (PMDB-CE) anunciou a apresentação de emenda à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 22A/2000, de 2013, que torna impositivo o Orçamento da União aprovado pelo Congresso Nacional. A emenda torna obrigatória a destinação, para a área da saúde, de 50% das emendas apresentadas ao Orçamento pelos parlamentares. Ele informou que o relator da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Eduardo Braga (PMDB-AM), deve apresentar seu relatório nesta semana, acolhendo a emenda.



Eunício diz que medida representa a injeção de R\$ 3,6 bilhões ao ano

Ser cidadão é saber participar

Requerimento explica que furto de computadores da Petrobras em 2008 pode ter relação com a espionagem feita pelo governo dos Estados Unidos, conforme denúncia divulgada neste ano



Na quarta-feira, Graça Foster (D) compareceu à CPI da Espionagem, presidida por Vanessa Grazziotin (3ª à esq.)

CPI analisa pedido de cópia de inquérito sobre Petrobras

A CPI DA Espionagem vai analisar amanhã pedidos de informações e documentos. Uma das solicitações é de Roberto Requião (PMDB-PR), que pretende obter da Polícia Civil do Rio de Janeiro e da Polícia Federal a cópia integral dos inquéritos destinados a apurar o furto de dois computadores portáteis da Petrobras no início de 2008.

Segundo o senador, a divulgação do escândalo da espionagem feita pelo governo dos Estados Unidos relativa a dados sigilosos da Petrobras faz lembrar “o estranho e não explicado” furto dos computadores da empresa.

De acordo com Requião, existe grande probabilidade de que os dois fatos estejam vinculados, visto que os computadores continham dados sigilosos sobre a capacidade produtiva de campos petrolíferos do pré-sal e, além disso, o transporte de tais equipamentos era feito por empresa estrangeira sediada nos Estados Unidos.

“Caso resolvido”

No último dia 18, a CPI ouviu a presidente da Petrobras, Graça Foster. Em entrevista à imprensa, ela disse apenas que o caso já havia sido resolvido pela Polícia Federal e que se

tratou de um “furto material”.

A CPI da Espionagem foi instalada em 3 de setembro, com a missão de investigar as denúncias de que a agência de segurança americana (NSA, na sigla em inglês) monitorou dados do governo brasileiro e da Petrobras. A espionagem teria chegado à presidente Dilma Rousseff e a assessores diretos dela.

Composta de 11 senadores titulares e 7 suplentes, a comissão é presidida por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e tem Pedro Taques (PDT-MT) como vice-presidente. Ricardo Ferraço (PMDB-ES) é o relator dos trabalhos.

Requião divulga dossiê contra ANP

Roberto Requião divulgou um dossiê de denúncias contra a Agência Nacional do Petróleo (ANP) e defendeu a suspensão do leilão do Campo de Libra, dizendo que “o petróleo está sendo praticamente doado a um cartel de multinacionais”.

— O problema da espionagem, que teve acesso inclusive ao celular da Presidência da República, me parece menor que essa visão entreguista.

Ele ressaltou que o dossiê lhe foi entregue com o compromisso de sigilo para o autor. Ele acredita que outros parlamentares também tenham

recebido o documento.

Uma das denúncias do dossiê, disse Requião, trata do perfil “neoliberal e antinacional” da atual Lei do Petróleo. Outra analisa supostas brechas



Ao apresentar as denúncias, o senador pediu suspensão de leilão

nos contratos de concessão que permitiriam às empresas negar a responsabilidade por danos ao interesse público.

Requião destacou trecho que denuncia “a raposa tomando conta do galinheiro”: a ANP contratou a Halliburton, que tem entre os diretores um ex-vice-presidente dos Estados Unidos, para fornecer o software de gerenciamento dos dados sobre a exploração das bacias brasileiras. Ele disse que os ex-diretores da ANP John Forman e Haroldo Lima hoje ocupam cargos em empresas petrolíferas.

Capiberibe condena EUA por apoio a regimes militares

João Capiberibe (PSB-AP) falou em Plenário sobre visita que fez à Venezuela, onde participou de evento em lembrança dos 40 anos do golpe militar no Chile e da morte de



Maneira Matiz/Agência Senado

— Esses golpes têm uma característica comum: presença do governo americano.

Capiberibe disse que os

Estados Unidos buscaram desestabilizar o governo João Goulart, no Brasil, por vários meios, mas tiveram que “bater às portas dos quartéis”. O senador e a com-panheira dele, a deputada federal Janete Capiberibe, chegaram ao Chile como exilados em dezembro de 1971 e encontraram “um oásis de liberdade”, com plena proteção dos direitos individuais — situação que comparou com a da Venezuela de hoje.

Cristovam diz que governo vive euforia cega com a economia

Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que o governo vive uma euforia cega com a economia e não tem planos de longo prazo. Ele disse ser preocupante que o Executivo comemore resultados de leilões como o da duplicação da BR-050.

— Temos um governo que se nega a pensar que talvez esteja errando, que se convenceu de que está acertando tudo. Isso é o mais grave para o país:

quando um dirigente passa a acreditar nas inverdades que são feitas, ditas e construídas — afirmou.

Cristovam citou o leilão para a BR-262, para o qual não houve interesse, e apontou como causas a demora em buscar parcerias, o que gera desconfiança no mercado, e o esvaziamento das agências reguladoras, para ele tratadas como se fossem mais um ministério.

Armando defende redução de imposto para microempresas

Ao comentar estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) apontando a elevação da carga tributária sobre micros e pequenas empresas, Armando Monteiro (PTB-PE) defendeu em Plenário o aprimoramento do Simples Nacional. Para ele, um dos problemas é o uso indiscriminado da substituição tributária — quando uma empresa recolhe imposto pelo restante da cadeia produtiva.

— É preciso disciplinar o



Maneira Matiz/Agência Senado

uso do dispositivo, que deve se restringir aos casos clássicos de comercialização pulverizada.

O senador criticou também a adoção de sublimites de faturamento e

a antecipação nas compras interestaduais. Ele defendeu a aprovação do projeto (PLS 3/2013) que veda a exigência do pagamento antecipado do imposto sobre estoques e da proposta (PLS 323/2010) que regulamenta a substituição tributária.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral interina: Rosa Vasconcelos

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Marcus Oliveira/Agência Senado



A tecnologia 4G, de acesso de dados por celular, será um dos temas da audiência pública interativa da CCT amanhã

Setor de telecomunicações será discutido em audiência

Comissão de Ciência e Tecnologia vai ouvir especialistas, autoridades e prestadoras sobre a situação dos investimentos em telecomunicações e a oferta dos serviços durante grandes eventos no país

A PEDIDO DO senador Walter Pinheiro (PT-BA), a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) realiza amanhã audiência pública interativa para debater a situação dos investimentos no setor de telecomunicações no Brasil.

A comissão vai receber especialistas que vão discutir também a qualidade dos serviços, a tecnologia 4G e a prestação de serviço durante os grandes eventos esportivos a serem realizados no país nos próximos anos.

Segundo o senador, o tema é de grande interesse público

e está de forma recorrente na pauta da CCT, sendo importante cobrar informações das autoridades e das prestadoras de serviços.

Na reunião deve ser abordada também uma proposta para termo de ajuste de conduta (TAC) com as operadoras de telecomunicações, que pode resultar na conversão em investimentos das multas aplicadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Foram convidados o superintendente da Anatel Roberto Pinto Martins; o secretário do Tribunal de Contas da União

(TCU) Marcelo Barros; o coordenador da Secretaria Nacional do Consumidor Danilo Doneida; o subprocurador-geral da República Antonio Carlos Fonseca; e o presidente-executivo do Sinditelebrasil, Eduardo Levy.

PARTICIPE AMANHÃ ÀS 8h15

- ▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/CCTQualidadeTelecom>
- ▶ **Portal e-Cidadania:** www.senado.leg.br/ecidadania
- ▶ **Facebook:** [eCidadaniaSF](https://www.facebook.com/ecidadaniaSF)
- ▶ **Twitter:** [#telecom](https://twitter.com/e_cidadania)
- ▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV
- ▶ **Alô Senado:** 0800 612211

Simon cobra resposta de Dilma a declarações de Manoel Dias

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse em Plenário na sexta-feira que a presidente Dilma Rousseff não pode deixar sem resposta o desafio feito durante a semana passada pelo ministro do Trabalho e Emprego (MTE), Manoel Dias, diante das denúncias de irregularidades na pasta. Simon citou entrevista publicada pelo jornal *O Globo*, na quarta-feira,



José Cruz/Agência Senado

em que o ministro afirmou que tomará providências “impublicáveis” caso seja demitido por Dilma.

— A senhora tem que responder a isso — cobrou Simon.

De acordo com Simon, Dilma pode desejar que o ministro fique no cargo, por causa de interesses eleitorais. Porém, observou, o próprio PDT do Rio Grande do Sul já pediu o afastamento dele.

Gurgacz cita medidas de apuração de denúncias no ministério

Em discurso na sexta-feira, o senador Acir Gurgacz (PDT-RO) afirmou que seu partido e o ministro do Trabalho, Manoel Dias, vão enfrentar as denúncias, apurar com rigor e, caso haja confirmação das irregularidades, os envolvidos serão afastados, independentemente de filiação.



José Cruz/Agência Senado

listou uma série de providências que o político já tomou, como a instauração de sindicância, a exoneração de servidores investigados pela Polícia Federal, o bloqueio

de repasses e a análise caso a caso dos convênios firmados. O parlamentar defendeu a realização de uma “limpeza” no Ministério do Trabalho, sem “caça às bruxas”.

10 anos do Especial Cidadania

Notícias para você ser ainda mais cidadão

Há 10 anos, o Especial Cidadania traz informações que ajudam o brasileiro a conhecer melhor seus direitos e deveres, contribuindo para uma sociedade mais consciente e atuante. Notícias sobre saúde, educação, políticas públicas, vida em sociedade, direitos civis, defesa do consumidor, participação social e muito mais para o exercício pleno da cidadania.

Toda terça-feira no Jornal do Senado ou no endereço: <http://bit.ly/EspecialCidadania>



O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Retirada e reconstrução da mama em uma só cirurgia

Lei 12.802/2013

O tratamento do câncer de mama não precisa deixar essa marca

O Congresso Nacional aprovou a lei que obriga o SUS a reunir, em uma só cirurgia, a retirada da mama afetada e a sua reconstrução, quando não houver contraindicações. Uma importante medida que valoriza a autoestima da mulher, especialmente nesse delicado momento da vida.

Saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraelei

